

BOLETIM ADUNICAMP

<http://www.adunicamp.org.br>

e-mail: adunica@uol.com.br

tel./fax (019) 289-1148 / 289-5229 / 788-8152 / 788-7173

Publicação da Associação de Docentes da Unicamp Campinas, São Paulo Nº 02 14/01/99

A História, a Banda e nossas posições

**Edmundo Fernandes Dias*

No dia 21 de dezembro a Assembléia Geral da ADUNICAMP se reuniu para discutir, entre outros assuntos, a indicação de delegados da entidade ao Congresso da ANDES-Sindicato Nacional. No decorrer dessa reunião o Professor Figueiredo apresentou uma proposta: devíamos nos fazer representar em um ato público promovido pela FIESP (como ele próprio lembra no seu artigo “A História passou na janela, mas a Adunicamp não viu”, publicado no Boletim da Adunicamp nº 01, de 07/01/99) que contaria com a presença de Centrais Sindicais expressivas em oposição à política econômica do governo, parlamentares, etc.

Tratava-se de um ato que pretendia bater de frente com o governo. Obviamente um ato deste tipo despertaria várias possibilidades. A primeira, enfatizada pelo prof. Figueiredo, seria a de juntarmos forças para lutar contra uma política contrária aos interesses nacionais. A segunda possibilidade via no ato mais uma manifestação de uma tentativa de legitimação da posição dos setores empresariais pela presença do movimento social organizado.

Era uma decisão que, tomada positivamente, implicaria na adesão da entidade sem maiores debates a uma posição muito específica na luta política nacional. Não havia nenhum debate prévio, apenas uma proposta a ser votada. Quais os pressupostos e quais as conseqüências dessa votação? O professor Figueiredo pode estar até com razão em dizer-se “convencido que a grande maioria dos docentes não recusa por princípio alianças com o empresariado” quando da discussão de questões tão relevantes. Só que mesmo com sua convicção ele não tem necessariamente a verdade em suas mãos, como, aliás, também não temos. O importante é afirmar que os próprios fatos demonstraram o equívoco da tese. No dia saiu uma cobertura razoável e logo logo foi para a lata do lixo das redações de jornal, rádio e TVs.

Temos nós e os empresários os mesmos interesses? Obviamente, não. Se é verdade que o adversário do meu adversário não é necessariamente o meu aliado, também o é que esses empresários não se movem nunca em defesa dos interesses sociais, dos serviços públicos e da Universidade pública, gratuita, laica e competente. Aliás muito pelo contrário. E por dois motivos: ou porque buscam reduzir, sempre e sempre, os gastos públicos com os interesses sociais para maximizar as condições da acumulação capitalista ou porque eles próprios têm sua rede universitária particular.

Estaríamos defendendo o que em conjunto? Nada. Estaríamos atacando em conjunto o que? Nada. E

digo com tranquilidade porque quando eles falam em combater a política econômica do governo o fazem sempre associadamente às políticas de subsídio para eles mesmos, demissões para os trabalhadores e redução do Estado. Nenhum deles assumiu publicamente a defesa dos interesses da maioria da população mas tão somente manifestaram seu sagrado egoísmo.

Não foi, portanto, uma posição de omissão a da Assembléia. Ela manifestou sua posição contrária à proposta de um acordo sem qualificações entre capitalistas e trabalhadores, entre exploradores e explorados. Quem são os interlocutores do movimento sindical e do campo político que nos interessam? Aqueles que se posicionam claramente em defesas dos direitos sociais democraticamente conquistados. Caso contrário seremos reduzidos a meros figurantes, a massa de manobra.

O companheiro afirmou ainda que uma posição imobilista levou à recusa em divulgar nossa posição através de matéria pública paga na imprensa a pretexto dos altos custos sem mencionar qualquer valor. O próprio Prof. Figueiredo já foi presidente da ADUNICAMP e sabe muito bem que os custos são elevadíssimos e a repercussão mínima. Normalmente sempre buscamos fazer tais matérias (quando o fazemos) em conjunto com os demais sindicatos da Universidade paulista porque individualmente isso é praticamente proibitivo. Lembro ademais que em outra decisão a Assembléia diminui a contribuição associativa (contra o meu voto por reduzir possibilidades de ação). Decidiu e está decidido.

Por último uma questão relevante. Democracia é admitir o dissenso, a opinião diferente. Quando uma proposta é apresentada ela pode ser aceita ou rejeitada. O que não cabe é afirmar que o resultado determinado seja pela “rejeição radical à alianças com a burguesia”, seja pela “voz do imobilismo” (expressões do próprio companheiro). Porque isso implica que quem não concorda com a proposta dele tem que se enquadrar em uma dessas opções. Ele omite um elemento decisivo: existem análises políticas (e até ciências sociais) que permitem ir além do mero “achismo”. E a análise empírica das políticas brasileiras (incluindo aí a dos empresários) caminha no sentido inverso às expectativas dele.

Já que o texto citado era uma paródia à uma música do Chico, lembremos e reafirmemos outra: Amanhã há de ser outro dia!

**Edmundo Fernandes Dias é docente aposentado do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, ex-vice presidente da ADUNICAMP e ex-secretário geral da ANDES-SINDICATO NACIONAL.*

Extinção do CTI motiva criação de Frente Municipal em Defesa da C&T

Lideranças políticas, entidades sindicais e da sociedade civil lançaram no último dia 07 de janeiro a Frente Municipal em Defesa da Ciência e Tecnologia. A criação da Frente foi motivada pelo anúncio de extinção da Fundação Centro Tecnológico para Informática (CTI), instituição federal vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia e sediada em Campinas. A reunião de lançamento ocorreu na Câmara Municipal e os ideais da Frente foram apresentados em um manifesto no qual os signatários mostram-se apreensivos com os rumos que o governo federal quer dar ao CTI, classificado como um centro de excelência por suas pesquisas em microeletrônica, automação e outras áreas de tecnologia de ponta. A Fundação ainda não foi extinta na prática, mas a tendência é que os serviços prestados pelo Centro sejam gradualmente assumidos pela iniciativa privada.

No manifesto, os participantes da Frente também criticam o corte de verbas para os institutos estaduais de pesquisa e as ameaças ao funcionamento do Centro de Pesquisa e

Desenvolvimento (CPqD). Segundo o documento, essas medidas não devem ser aceitas passivamente, pois indicam a decadência de um dos maiores patrimônios da região de Campinas, ou seja, seu pólo científico e tecnológico. Diz ainda o documento: “Retirar do Estado a responsabilidade estratégica desta atividade e submetê-la unicamente à lógica comercial imediatista é condenar nosso país ao atraso e a uma sociedade profundamente desigual e dependente”.

Assinam o manifesto, entre outros, o Sindicato dos Trabalhadores em Pesquisa, Ciência e Tecnologia; o Sindicato da Ciência e Tecnologia do Vale do Paraíba; o STU; o Sindicato dos Eletricitários de Campinas; a CUT Campinas; os deputados federais Luciano Zica, Ivan Valente e Aldo Rebelo; os deputados estaduais Renato Simões, Petterson Prado, Jamil Murad e Nivaldo Santana; e os vereadores de Campinas Sebastião Arcanjo, Carlos Signorelli e Sergio Benassi. A Adunicamp aderiu à Frente no último dia 13 de janeiro.

Adunicamp repudia atitude de Paulo Renato na nomeação de diretor do INES

O ministro da Educação, Paulo Renato, dá mais uma demonstração de sua vocação pouco democrática ao não nomear a primeira colocada na consulta à comunidade para a escolha de diretor do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), no Rio de Janeiro. Com isso, Paulo Renato repete a mesma atitude de desrespeito à vontade da maioria que já havia demonstrado nos casos das nomeações dos reitores da UFRJ e UFBA. Por conta disso, a Adunicamp está enviando uma Moção de Repúdio (leia texto abaixo) ao MEC, com cópia para as ADs de todo o país.

Moção de Repúdio

Nós, membros da diretoria da Associação de Docentes da Universidade Estadual de Campinas, acompanhamos com interesse e preocupação o processo de eleição dos candidatos à lista tríplice da qual foi escolhido o próximo diretor do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Nossa preocupação se baseava nos recentes acontecimentos na UFRJ e na UFBA, quando não foi respeitado o princípio defendido pelo movimento docente de escolha dos primeiros classificados nas listas elaboradas pelas comunidades daquelas instituições. O que tínhamos ocorrido no caso da escolha do futuro diretor do INES, quando a primeira colocada, Vilma Favorito, com 279 votos, acabou não sendo nomeada pelo ministro, que optou, no dia 08 de janeiro passado, pela segunda da lista, a professora Sny Basílio dos Santos. Consideramos que a escolha do primeiro colocado seria um procedimento indispensável para preservar a legitimidade da diretoria garantindo-se, dessa maneira, condições favoráveis para o bom funcionamento do referido instituto. Por essas razões, manifestamos nosso mais veemente repúdio ao procedimento adotado pelo ministro Paulo Renato ao não respeitar a vontade da comunidade do INES na escolha do seu próximo diretor.